



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

**ATA DE REUNIÃO – Comissão de Segurança Hídrica**

**São Paulo, 19 de janeiro de 2022.**

- Teve lugar no dia 19 de janeiro do ano de 2022, das 15h30 às 17h, por ferramenta virtual, a **46ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da Reunião: Marco Palermo, de SP Urbanismo; Pedro Algodoal, de SPObras; Irineu Gnecco, da SEGES; Thor Ribeiro e Gustavo Rabello, da SGM; Marcos Romano, Ivan Shirahama e Vania Salina, da SEHAB; Carlos de Nicola, do IAS; Mauricio de Oliveira, da Aliança pela Água; Antonio Carlos dos Santos, José Luiz de Carra, da Sociedade Civil; Renato Zuccolo e Raphael Guerrero, do Instituto de Engenharia; Eduardo de Oliveira e Sun Alex, da SVMMA; Mauricio Tonin, da PGM; Cristiane Cortez, da FECOMERCIO; Magali Batista e Márcia Lima, da SMS; Giuliano Ajeje, da UBS; Vanessa Dias, do SINDUSCON-SP; Alexis Vargas, da SEGPE e Maria Inês Sato, da CETESB.
- Marco Palermo apresentou a pauta da reunião: a construção e validação dos indicadores para o Relatório de Segurança Hídrica, previsto na legislação.
- Carlos de Nicola apontou que participantes da sociedade civil enviarão uma proposta de indicadores relacionados principalmente a mudanças climáticas.
- Marco Palermo listou em primeiro lugar os indicadores de atendimento e cobertura de água e esgoto, que tem periodicidade trimestral e estão ligados ao contrato da Sabesp.
- Thor Ribeiro opinou que a periodicidade é adequada, mas que os indicadores seriam mais úteis se fossem georreferenciados.
- Marco Romano pediu que seja marcada uma reunião específica para se tratar da questão da não cobertura de alguns pontos pela prestadora.
- Giuliano Ajeje sugeriu que sejam acrescentados os indicadores do SNIS. Thor Ribeiro afirmou que alguns indicadores do SNIS estão contemplados, mas que esta é uma fonte pouco confiável para a realidade do município de São Paulo.
- Marco Palermo avançou, detalhando o indicador de perdas na distribuição, cuja periodicidade é trimestral e a unidade é em volume de



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

água. Sua periodicidade é mensal. Já o indicador de perdas de faturamento se refere ao total não faturado pela empresa, que inclui as perdas físicas e o consumo não tarifado.

- Renato Zuccolo sugeriu que os indicadores de atendimento e de cobertura sejam apresentados por bacia hidrográfica, separando-se dentro das bacia as respectivas parcelas por Subprefeitura correspondente.
- Marcia Maria Lima sugeriu que um recorte por subprefeitura poderia ser mais útil. Propôs que no relatório de segurança hídrica os indicadores sejam apresentados de forma mais regionalizada possível, para que possam servir de embasamento para a formulação de políticas e ações de saúde por parte de nossas equipes.
- Antonio Carlos dos Santos afirmou que é importante que os sete primeiros indicadores da listagem deveriam ser informados à Prefeitura trimestralmente, para que a fiscalização seja possível tempestivamente.
- Palermo ressaltou a importância do Sistema de Informações Compartilhadas entre Prefeitura e prestadora, que precisa ser aperfeiçoado.
- Palermo avançou para o índice de investimentos. Esse índice diz respeito ao volume investido sobre a receita bruta descontado PIS/Cofins. Thor afirmou que é importante que no Relatório de Segurança Hídrica constem os investimentos por rubrica (abastecimento, esgotamento, mananciais, etc.). Giuliano Ajeje lembrou que pode haver sobre e sub-investimento, e que do ponto de vista financeiro é interessante que se calcule o investimento por unidade.
- Mauricio Ramos lembrou que é importante que haja um investimento capaz de fornecer resiliência para o sistema, para se antecipar a potenciais crises hídricas como a de 2015.
- Antonio Carlos lembrou que há diferença entre os investimentos compartilhados e exclusivos. O sistema Cantareira é compartilhado com uma série de municípios.
- J. Carra pontuou que é importante que haja um planejamento que leve em conta a projeção futura de demanda, e que a estrutura de custos seja baseada na demanda. No saneamento, como na energia elétrica, o investimento tem de ser “em escada”, sendo superior à demanda, ainda que esta suba linearmente. Deve haver uma sobra para garantia da



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

resiliência. Carra propôs que o debate seja segmentado: um debate sobre planejamento regulatório, financeiro e ambiental da prestação de serviços de saneamento; e o mais específico sobre o relatório.

- Palermo avançou, descrevendo os indicadores de esgoto tratado por volume e por economia (em construção).
- Na sequência, Palermo descreveu o indicador de qualidade da água distribuída, referente ao número de amostras de água conformes com a legislação sanitária. Maria Inês Sato informou que a portaria 888/2021 atualizou os parâmetros de qualidade de água.
- Giuliano Ajeje pediu uma regionalização do indicador de qualidade, para mostrar as regiões problemáticas do ponto de vista da qualidade. Palermo apontou que poderiam ser apontadas as regiões com amostras não conformes.
- Antonio Carlos explicou que o tratamento terciário está previsto para a década seguinte. A primeira que deve implantar é a ETE Barueri, que já consta no Plano de Negócio, acordado entre as partes.
- Palermo descreveu então o indicador de interrupções de fornecimento, e explicou que ele é insuficiente para descrever a realidade.
- Carlos de Nicola questionou se não haveria outros indicadores para avaliar essa questão. Thor Ribeiro afirmou que há um indicador previsto da PNADc que afere as interrupções, e é muito superior àquele medido pela Sabesp.
- Em seguida, Palermo descreveu os indicadores de utilização da capacidade instalada e de reclamações de serviço.
- Encerrada a reunião, Palermo pediu que os participantes encaminhassem por escrito os comentários para a secretaria-executiva. A reunião ordinária seguinte ficou marcada para o dia 22/02/2022.